SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/07/2015 - Telesíntese

Oi terá que fazer nova oferta para compartilhamento de torres

A Anatel deu prazo de seis meses para a empresa apresentar nova " Oferta de Referência de Produto de Atacado de Infraestrutura Passiva - Torres"

A Oi terá seis meses, a contar de hoje, 2, para apresentar à Anatel uma nova " Oferta de Referência de Produto de Atacado de Infraestrutura Passiva – Torres.

O grupo precisa ofertar ao mercado condições competitivas para o compartilhamento de sua infraestrutura passiva, pois foi enquadrado pela agência como detentor de Poder de Mercado Significativo (PMS) neste segmento.

02/07/2015 - Telesíntese

Câmara aprova limite para alertas de cobrança de telefônicas a clientes

Casa já pode votar projeto que torna crime o bloqueio de celular com aparelho

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou nesta quinta-feira, 2, em caráter conclusivo, proposta que proíbe operadoras de telefonia de enviar ao assinante mais de uma mensagem por dia – de texto ou de voz – para alertá-lo da existência de conta não paga.

Pelo texto aprovado, que segue para a análise do Senado, um novo aviso de cobrança só poderá ocorrer após 72 horas da primeira notificação. Caso a empresa descumpra o prazo, terá de pagar multa de até 100% do valor do débito não pago para cada mensagem enviada em descumprimento ao limite estabelecido, sendo cobrado em dobro em caso de reincidência. A proposta inclui a telefonia móvel e fixa.

Jammers

A CCJ também aprovou, ontem, proposta que tipifica o crime de comercialização e uso de bloqueador de celulares de alta potência, conhecidos como "jammers". O jammer é usado, geralmente, por quadrilhas especializadas em roubos de carga para impedir a comunicação entre o veículo e a empresa. O uso do aparelho de forma legal ainda seria possível, mas para isso o usuário deverá ter uma permissão da autoridade competente.

Pelo texto aprovado, constitui crime importar, exportar, fabricar, adquirir, vender ou expor à venda, oferecer ou ter em depósito bloqueador de celulares de alta potência sem a autorização do órgão competente. Agora o texto segue para votação em plenário. (Com agência Câmara)

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/07/2015 - CUT

Juiz vê chance de anular no STF a redução da maioridade

Proposta derrotada no dia anterior passa em plenário. Juiz crê que o desrespeito ao regimento pode ser questionado no STF. OAB diz que vai ao Supremo caso projeto seja definitivamente aprovado

O Brasil amanheceu cinza. Movimentos sociais que lutam todos os dias contra os riscos de retrocessos no país levantam suas vozes para dizer que foi um golpe.

Na madrugada desta quinta-feira (02) o presidente da Câmara dos deputados federais, Eduardo Cunha, conseguiu reverter o resultado da votação do dia anterior. 24 deputados mudaram de ideia e com 323 votos favoráveis e 155 contrários, ele conseguiu aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171 que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos para crimes hediondos (estupro, sequestro e latrocínio).

Na opinião do juiz paulista André Bezerra, presidente da associação Juízes pela Democracia, já estão dadas as condições para questionar o procedimento de Cunha, "que está passando por cima das formalidades legislativas, do regimento". Para Bezerra, "isso, por si só, já é suficiente para anular a votação de ontem". Em sua opinião, é preciso que entidades da sociedade civil representativas, como a OAB, entrem com mandado de segurança junto ao STF.

"Atropelar o regimento e ficar colocando uma matéria já rejeitada até conseguir aprová-la causa revolta em qualquer cidadão que tenha noção democrática de Direito", diz o juiz. "Já ficou claro que ele vai tentar fazer disso uma prática reiteirada", completa.André Bezerra: o desrespeito às formalidades pode ser questionado no STF. Foto de Roberto ParizottiAndré Bezerra: o desrespeito às formalidades pode ser questionado no STF. Foto de Roberto Parizotti

Na manhã desta quinta-feira, 2, nosso portal enviou pedido de entrevista com a OAB Nacional, solicitando um posicionamento da entidade. A ordem afirmou que pretendia responder ainda hoje. No final da tarde, o presidente nacional da OAB, Marcos Vinícius Coêlho, em nota, afirmou que pretende entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade no STF contra a redução e contra o desrespeito ao regimento por parte de Eduardo Cunha.

Quando da aprovação do financiamento empresarial de campanhas eleitorais, PT e Psol ingressaram com mandado de segurança no STF, questionando a postura da Presidência da Câmara. Porém, a ministra Rosa Weber não acatou o pedido. Para André Bezerra, no entanto, isso não impede nova tentativa.

Como foi ontem

Cunha apresentou uma emenda aglutinativa, articulada pelos deputados Rogério Rosso (PSD-DF) e André Moura (PSC-PE), que modificou o teor do substitutivo apresentado na primeira votação, na qual foi reprovada a proposta. Ele fez uma manobra e deixou de fora o tráfico de drogas, lesão corporal grave, tortura e roubo qualificado.

Regimentalmente essa emenda aglutinativa somente poderia ser votada após a votação do texto principal, que previa a redução para todos os crimes, desde que ele fosse aprovado. Para que a emenda fosse votada antes do texto principal, deveria ter sido feito, antes da primeira votação, um destaque de preferência para sua votação. Esse destaque, no entanto, não foi feito.

Na Câmara, durante os debates sobre o tema, antes da votação, o clima foi tenso, deputados contrários à proposta eram ignorados ou tinham seus microfones cortados, no meio do discurso, pelo presidente da casa. Isso porque os parlamentares estavam criticando a atitude de Cunha. "A sensação que o senhor tem passado para nós é que, quando um colega quer criticar o seu procedimento, o senhor não quer escutar", argumentou Glauber Braga (PSB-RJ).

Jandira Feghali (PcdoB-RJ), lembrou que votar um projeto já derrotado, para ver se numa segunda oportunidade ele é aprovado, é "antidemocrático". "Não é correto votar no tapetão um texto já recusado. Não posso aglutinar um texto morto, já derrotado na Casa. Não é correto voltar no tapetão um texto já recusado. Não podemos jogar o regimento no lixo. Não pode o poder da mesa [da presidência] atropelar a decisão desse plenário."

Quando pegou a palavra, Chico Alencar (PSOL-RJ) seguiu a linha de classificação da medida de Cunha como "golpe". "O senhor armou uma farsa, uma votação feita com as galerias fechadas". Henrique Fontana (PT), ironizou a decisão de votar o mesmo projeto duas vezes seguida, com a derrota já consumada em sua primeira apreciação.

Os movimentos sociais perderam a batalha, mas não perderam a guerra. Eles resistem, pois ainda há espaço para mudar o resultado deste golpe. A matéria será votada em segundo turno na Câmara e depois encaminhada para o senado.

A luta continua.

Veja aqui os deputados que mudaram de posição – rejeitaram a PEC ou se abstiveram da votação na madrugada da quarta-feira e votaram pelo sim nesta madrugada:

- Abel Mesquita Jr. (PDT-RR)
- Celso Maldaner (PMDB-SC)
- Dr. Jorge Silva (PROS-ES)
- Dr. Sinval Malheiros (PV-SP)
- Dulce Miranda (PMDB-TO)
- Eros Biondini (PTB-MG)
- Evair de Melo (PV-ES)
- Expedito Netto (SD-RO)
- Heráclito Fortes (PSB-PI)
- JHC (SD-AL)
- João Paulo Papa (PSDB-SP)
- Kaio Maniçoba (PHS-PE)
- Lindomar Garçon (PMDB-RO)
- Mandetta (DEM-MS)
- Mara Gabrilli (PSDB-SP)
- Marcelo Matos (PDT-RJ)
- Marcos Abrão (PPS-GO)
- Marcos Reategui (PSC-AP)
- Paulo Foletto (PSB-ES)
- Rafael Motta (PROS-RN)
- Subtenente Gonzaga (PDT-MG)
- Tereza Cristina (PSB-MS)
- Valadares Filho (PSB-SE)
- Waldir Maranhão (PP-MA)

Fonte: Mesa diretora da Câmara

Veja os deputados que votaram sim na primeira votação e faltaram à segunda:

- Francisco Chapadinha (PSD-PA)
- Francisco Floriano (PR-RJ)
- Genecias Noronha (SD-CE)
- Laercio Oliveira (SD-SE)
- João Carlos Bacelar (PR-BA)
- Mauro Lopes (PMDB-MG)
- Wellington Roberto (PR-PB)

Deputados que faltaram à primeira votação e votaram sim na segunda

- Cabuçu Borges (PMDB-AP)
- Iracema Portella (PP-PI)
- Irmão Lazaro (PSC-BA)
- Rogério Marinho (PSDB-RN)
- Silas Brasileiro (PMDB- MG)
- Takayama (PSC-PR)

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/07/2015 - CUT

Correção da tabela do IR isenta 11,5 milhões de pessoas

Medida provisória foi aprovada pelo Senado. Quem ganha até R$ 1.904 fica livre do imposto

Foi aprovada pelo plenário do Senado, ontem (30), a correção da tabela do imposto de renda, entre 4,5% e 6,5%.

Com isso, trabalhadores e trabalhadoras que ganham até R$ 1.904 por mês deixarão de pagar imposto de renda. Segundo estimativa da Receita Federal, 11, 5 milhões de pessoas devem ser isentas do IR.

A votação foi simbólica, uma vez que a medida já está em vigor desde abril.

A correção da tabela do imposto de renda, com o objetivo de compensar a inflação acumulada no período, é uma antiga reivindicação do movimento sindical cutista.

Porém, tal como decidida pelo governo federal, esta mais recente correção não supera a defasagem da tabela do imposto de renda entre 2003 e 2014, que é de 17,34%, segundo dados do Dieese.

02/07/2015 - CUT

Parceria entre Globo e CBF está sendo investigada pela PF

Especialistas da Polícia Federal irão analisar os contratos de exclusividade no futebol

Segundo informações do portal UOL, a Polícia Federal (PF) estaria investigando a relação entre a Rede Globo e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A operação é uma cooperação do Brasil com o FBI, que comanda as investigações sobre corrupção no futebol.

Os contratos de exclusividade da emissora carioca com a CBF estão sendo analisados pela PF, com especial atenção pelas parcerias estabelecidas entre a Globo e a entidade máxima do futebol nacional durante a gestão do ex-presidente Ricardo Teixeira.

Em seus telejornais, a Globo tem utilizado o expediente de afirmar reiteradas vezes que as empresas de mídia não estão sendo investigadas pelo FBI no inquérito que escancarou a corrupção no futebol mundial e levou o ex-presidente da CBF, José Maira Marin, à prisão.

A Globo detém o monopólio dos direitos de transmissão dos principais campeonatos nacionais há 40 anos. Por conta disso, em 2011, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recomendou que o Clube dos 13 [colegiado que reúne os 13 maiores clubes do País], agora extinto, abrisse processos de licitação para a transmissão dos eventos.

Segundo o Cade, os contratos e suas renovações não traziam benefícios ao futebol brasileiro e só beneficiavam a Rede Globo.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/07/2015 - Vermelho

Inflação medida pelo IPC recua em quatro de sete capitais pesquisadas

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) recuou em quatro de sete capitais pesquisadas, na última semana do mês. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (2), pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

FGV: Inflação recua em quatro de sete capitais pesquisadasFGV: Inflação recua em quatro de sete capitais pesquisadas As cidades que registraram índices abaixo da média nacional – de 0,82% – foram as seguintes: Belo Horizonte – que com a alta 0,38% contra os 0,4% da semana imediatamente anterior registrou a menor inflação do país –; Recife (de 0,9% para 0,6%); Brasília (de 0,81% para 0,64%); e São Paulo (de 1% para 0,97%).

Salvador registrou na última semana do mês passado a maior inflação do país. O IPC-S da capital baiana acusou alta de 1,16% – uma elevação de 0,15 ponto percentual em relação aos 1,01% da semana imediatamente anterior.

O IPC-S registra a evolução de preços de maneira quadrissemanal, com fechamentos nos dias 7, 15, 22 e 30 de cada mês. Com coleta semanal, a apuração das taxas de variação leva em conta a média dos preços coletados nas quatro semanas anteriores até a data de fechamento.

Além de Salvador, Porto Alegre fechou com resultado acima da media nacional: 0,85%. No Rio de Janeiro, a alta ficou estável entre um período e outro em 0,75%.